

# O ensino do jornalismo em Portugal: breve história e panorama curricular, ao virar da primeira década do século XXI

**PATRÍCIA OLIVEIRA TEIXEIRA**

Universidade Fernando Pessoa - tichasd@hotmail.com  
Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, variante Estudos Portugueses, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto; mestre em Ciências da Comunicação, Jornalismo, pela Universidade Fernando Pessoa, e doutoranda na mesma instituição.

## Resumo

Em Portugal, o ensino do jornalismo a nível universitário é recente. O primeiro curso surgiu apenas em 1979, na Universidade Nova de Lisboa. Entretanto, foram vários os que se lhe seguiram. Neste trabalho, para além da construção de uma breve história do ensino do jornalismo em Portugal, procurou proceder-se a uma sucinta análise dos planos curriculares dos cursos de comunicação que abriram vagas em instituições portuguesas, no ano lectivo 2009/2010. Inferiu-se que, não tendo sido fácil dar o *pontapé de saída*, rapidamente o ensino do jornalismo em Portugal encontrou caminho e, ao virar da primeira década do século XXI, a oferta foi múltipla e diversificada, com planos de curso a reflectirem isso mesmo.

## Palavras-chave

Ensino do Jornalismo; História do Jornalismo; Jornalistas.

## Abstract

In Portugal, the teaching of journalism at the university level is recent. The first course appeared only in 1979, at Universidade Nova de Lisboa. But, meanwhile, there were several that followed it. In this work, in addition to the construction of a brief history of journalism education in Portugal, we sought to make a brief analysis of the curriculum of communication courses which opened slots in Portuguese institutions in the academic year 2009/2010. We inferred that it wasn't easy to give the *kick-off*, but then quickly the teaching of journalism found its way in Portugal, and around the first decade of XXI century, the offer was multiple and diverse, with ongoing plans to reflect this same.

## Keywords

Journalism Education; Journalism History; Journalists.

Artigo recebido em 31/08/2012  
Aprovado em 06/11/2012

## Os primórdios do ensino do jornalismo em Portugal

**A** história do ensino do jornalismo em Portugal é recente, por um lado por causa do papel menorizado que os jornalistas ocupavam na sociedade portuguesa do século XX e, por outro, por causa do seu próprio percurso que foi bastante atribulado. Explica Graça (2007) que as enormes taxas de analfabetismo, o diminuto consumo de jornais e uma política limitadora da liberdade de expressão, que facilitava que se mantivesse o vazio no que diz respeito à formação académica dos jornalistas portugueses, eram convenientes ao sistema político. O facto de a profissão jornalista ter, na altura, um carácter exíguo, sem qualquer capacidade de intervenção junto das altas instâncias governamentais, facilitava a situação. O nosso país foi mesmo um caso ímpar de atraso na formação superior vocacionada para o exercício do jornalismo (Cascais, 2004).

Apesar de a formação universitária na área do jornalismo ter nascido apenas em 1979, foram encetadas várias iniciativas e feitas várias tentativas, em anos anteriores, para criar o referido curso. Porém, numa época em que o regime político em vigor, a ditadura, reprimia, censurava e abolia qualquer espécie de novidade que pudesse pôr em causa os seus ideais, não é de admirar que, somente depois de instaurada e algo consolidada a democracia, as reivindicações para a criação de um curso superior para jornalistas fossem ouvidas.

Nos anos quarenta, surgiram as primeiras tentativas conhecidas e formalizadas para a criação de um curso superior de jornalismo em Portugal. O recém-criado Sindicato Nacional de Jornalistas (nascido em 1934) liderou várias dessas tentativas “(...) preocupado que estava com a necessária elevação cultural e profissional dos jornalistas” (Graça, 2007, p. 129). Em 1941, criou o projecto de um “Curso de Formação Jornalística”. As razões invocadas para a implementação deste curso foram a necessidade de valorizar a profissão do jornalista e elevar o seu nível cultural, bem como orientar todos aqueles que já praticavam a profissão mas que se iam formando de uma forma autodidacta (Sobreira, 2003). Porém, a proposta não chegou a avançar, porque, de acordo com o Sindicato, não recolheu o apoio oficial necessário (Pinto,

2004), e porque o programa e as novidades por ele introduzidas poderiam ser vistos como perigosos para o regime (Sobreira, 2003).

Anos mais tarde, em 1966, o jornal *Diário Popular* promove um Curso de Iniciação Jornalística com a duração de um mês e ministrado, essencialmente, por jornalistas da casa e nas suas próprias instalações (Sobreira, 2003).

Em 1970/71, já com Marcelo Caetano no poder, o Sindicato acalentou novas esperanças de poder ver nascer o curso superior de jornalismo. Para tal, criou uma comissão que elaborou o “Projecto do Ensino de Jornalismo em Portugal”, que previa a criação de um Instituto Superior de Ciências da Informação. Veiga Simão, Ministro da Educação na altura, recebeu a proposta, em 1971, e chegou a ponderar-se a hipótese da criação do Instituto, mas tudo não passou de intenção e o projecto não teve seguimento, apesar de se acreditar que as condições para se iniciar o ensino superior do jornalismo em Portugal estavam criadas (Canavilhas, 2009), não só porque estava em curso uma reforma no sector da educação, mas também porque o próprio Governo em exercício se encontrava a debater a liberdade de imprensa (Pinto, 2004). No entanto, existiam, nesta altura, demasiadas pessoas interessadas em tutelar o jornalismo (Costa, 1983), daí a dificuldade em fazer impor o projecto. Manuel Pinto (2004, p.51) acresce, ainda, que “o regime político de então, apesar das contradições internas, continuava a temer uma iniciativa que não controlava e que se propunha concretizar o ensino e a aprendizagem de matérias vedadas na universidade, como era o estudo da História Contemporânea ou as Metodologias das Ciências Sociais”.

A Escola Superior de Meios de Comunicação Social, do Grupo Financeiro Borges e Irmão, também criou um curso de jornalismo, apesar de este ter tido curta duração (Sobreira, 2003). Durante o pouco tempo em que funcionou, a Escola ainda acolheu alguns jornalistas, interessados em aumentar e/ou consolidar os seus conhecimentos. Em relação ao seu encerramento, encontram-se opiniões algo contraditórias. De acordo com Pinto e Sousa (1999), a Escola encerrou, devido ao autoritarismo do regime, em 1974, ainda antes do eclodir da Revolução. Outros autores defendem que foi em 1975 que a Escola encerrou, fruto das nacionalizações da pós-revolução (Canavilhas, 2009; Sobreira, 2003).

No período pré-revolução, a educação superior recebeu uma atenção especial da parte do Governo, como nos referem vários autores (Canavilhas, 2009; Pinto e Sousa, 1999; Graça, 2007). As universidades estavam a receber cada vez mais estudantes e novos cursos estavam a ser desenvolvidos. Foi neste contexto que o ensino do jornalismo encontrou terreno para, finalmente, se instaurar e expandir. Conforme Pinto argumenta (2004), com o desmantelamento do regime autoritário prevalecente em Portugal, a ditadura, em abril de 1974, e com a consolidação de um novo regime, a censura teve, também, o seu fim e este ponto foi crucial para se dar início às transformações na comunicação social portuguesa. A democratização do acesso ao ensino e o regresso ao país de alguns intelectuais que se encontravam no estrangeiro foram também importantes para as transformações que se começavam a operar e mais importantes ainda para permitir o advento do estudo do jornalismo no ensino superior.

De qualquer forma, como nos mostra Sara Graça (2007), os jornalistas portugueses ainda não estavam preparados para o papel que a revolução de Abril lhes impunha, pois encontravam-se demasiado submetidos às lutas políticas pelo controlo das empresas jornalísticas e mediocrementemente preparados para acompanhar os desafios do momento histórico que atravessavam. Mas era até compreensível que, após quase cinquenta anos de censura, estes profissionais tivessem dificuldade em adaptar-se, com a rapidez necessária, à nova realidade.

Só em 1979, cinco anos depois da revolução, nasceu e singrou o primeiro curso universitário de jornalismo. Foi na Universidade Nova de Lisboa, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas que Adriano Duarte Rodrigues criou e desenvolveu o Curso Superior de Comunicação Social (licenciatura). Este curso reflectia plenamente as características da instituição a que estava ligado, “imprimindo uma orientação académica alargada na área das ciências da comunicação, de pendor marcadamente generalista” (Graça, 2007, p. 131). Deste modo, o *modelo* introduzido pelo curso da Universidade Nova de Lisboa permitia enquadrar um leque diversificado de saídas profissionalizantes (Mesquita e Ponte, 1997).

Como nos mostram alguns teóricos (Pinto, 2004; Canavilhas, 2009), o curso de Comunicação Social da Universidade Nova de Lisboa funcionou como referência à criação de cursos análogos noutras instituições universitárias públicas, tendo sido,

também, designados de cursos de Comunicação Social ou de Ciências da Comunicação e tendo, igualmente, sido integrados em escolas ou faculdades ligadas às Humanidades e às Ciências Sociais. Desta forma, percebia-se que valorizassem as componentes histórico-filosófica, linguística, sociológica e tecnológica. Por norma, funcionavam num tronco comum nos dois primeiros anos e com opções nos dois ou três anos finais. Assim, o jornalismo, como campo específico de estudo, continuava a ser uma utopia. Coexistia, apenas, com outras opções, como as relações públicas, realização audiovisual, tecnologias da informação e comunicação, etc.

Ao Curso de Comunicação Social da Universidade Nova de Lisboa seguiram-se outros. Em 1980 surgiu a licenciatura com idêntica designação do Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. No mesmo ano, a Universidade Católica criou a pós-graduação em Ciências da Informação. Este curso destinava-se a licenciados ou jornalistas com mais de cinco anos de experiência profissional. Em 1983, a Universidade do Minho, mais precisamente o Instituto de Ciências Sociais, aventura-se no campo da Comunicação e inicia a especialização em Comunicação Social, como parte da licenciatura em Ciências Sociais.

Dado que estava o *pontapé de saída* no/do ensino do jornalismo nas universidades, outra etapa se seguiu. Iniciaram-se cursos de aperfeiçoamento e especialização para jornalistas em instituições vocacionadas para o ensino técnico-profissional (Graça, 2007; Pinto, 2004). Assim, dá-se a criação do Centro de Formação de Jornalistas, no Porto, em 1983, e do Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas, em Lisboa, em 1986.

A proliferação de cursos nas universidades, no entanto, não parava. Em 1984, novamente na Universidade Nova de Lisboa, é criado o primeiro Mestrado em Comunicação (Pinto e Sousa, 1999). Em 1989, a Universidade da Beira Interior, na senda das suas congéneres, cria a sua licenciatura em Comunicação Social, com a duração de cinco anos (Canavilhas, 2009). No mesmo ano, o Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração, em Aveiro, apresenta o bacharelato em Jornalismo, com a duração de três anos. Ainda em 1989, nasceu a licenciatura de Ciências da Comunicação da Universidade Autónoma de Lisboa. Esta Universidade foi a primeira privada a criar uma licenciatura em Ciências da Comunicação, como resposta

a uma procura evidente de formação na área. Finalmente foi também em 1989 que, no Instituto Superior de Administração, Comunicação e Empresa da Guarda, nasceu outro curso da área da comunicação.

Entretanto, junto do Centro de Formação de Jornalistas do Porto é criada a Escola Superior de Jornalismo, em 1985. Esta instituição fez parte da rede do ensino Superior Politécnico e aqui se criou um bacharelato em Comunicação Social, no ano seguinte, altura em que a escola foi oficialmente reconhecida pelo Ministério da Educação (Canavilhas, 2009).

Graça (2007) conta que, desde o início concreto do ensino do jornalismo, nomeadamente desde a instauração dos dois primeiros cursos de Comunicação Social, que os profissionais da notícia olharam para os cursos ministrados nas universidades com algumas reservas e apreensões, mesmo que tivessem a noção de que os estudos superiores eram uma forma, talvez a ideal, de melhorar a sua qualificação profissional. Até lhes reconheciam alguma pretensão científica, que, no entanto, nem sempre conseguiam impor. Ao mesmo tempo, consideravam que os cursos falhavam por não dispor de técnicas modernas de produzir comunicação e por apresentarem uma estrutura desadequada, relativamente às matérias leccionadas. Eram, também, demasiado teóricos e não apresentavam um corpo docente habilitado para o ensino das técnicas jornalísticas, logo sem capacidade para credenciar futuros jornalistas. Com isto, o que acabava por acontecer era que, os mesmos jornalistas que sentiam falta de uma formação superior, sentiam também que nenhum dos cursos leccionados os poderia *formar jornalistas*.

Ou seja, durante a década de oitenta, em que os primeiros cursos de comunicação se impuseram no ensino superior português, as opiniões quanto à sua *legitimidade* para formar jornalistas ainda se dividiam, principalmente porque quase todos estes cursos apresentavam uma formação generalista em comunicação. Aliás, notava-se, já nesta altura, uma diferença entre os cursos das universidades e os cursos do politécnico. Enquanto os primeiros tinham uma vertente mais teórica, o segundo concentrava-se essencialmente na parte prática do ensino. Assim, a reivindicação feita pelo Sindicato Nacional de Jornalistas, ao longo dos anos, ainda não tinha sido

totalmente conseguida. Já tinham sido criadas licenciaturas em comunicação, a nível universitário, mas não uma formação específica em jornalismo (Graça, 2007).

Os anos noventa trouxeram consigo um crescimento explosivo no ensino do jornalismo. Mesquita (1994, p. 82) chamou a este fenómeno “o milagre da multiplicação dos cursos”. De acordo com Graça (2007), este aumento verificou-se após a adesão de Portugal à Comunidade Europeia (actual União Europeia), em 1986, e também após a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, no mesmo ano, que, entre outras coisas, consagrava a distinção entre o ensino universitário e o politécnico. Como último factor para a *multiplicação dos cursos* estavam as novas condições de acesso ao ensino superior, com a retirada de níveis mínimos de candidatura, que fizeram com que o número de candidatos disparasse, sem capacidade de resposta do sistema público, situação que impulsionou a criação de institutos e universidades privadas (Pinto e Sousa, 1999).

Assim, durante esta década, nasceram (Mesquita e Ponte, 1997):

Bacharelatos (3 anos) – Instituto Superior de Administração, Comunicação e Empresa, na Guarda (ensino particular/cooperativo), em 1990, curso de Jornalismo; Instituto Português de Estudos Superiores, em Lisboa (ensino particular/cooperativo), em 1991, curso de Comunicação e Jornalismo; Instituto Politécnico do Porto (ensino público), em 1992, curso de Tecnologia da Comunicação Audiovisual; Escola Superior de Educação da Guarda (ensino público), em 1992, curso de Comunicação e Relações Públicas; Escola Superior de Educação de Coimbra (ensino público), em 1993, curso de Comunicação; Escola Superior de Educação de Setúbal (ensino público), em 1993, curso de Comunicação Social; Escola Superior de Educação de Portalegre (ensino público), em 1994, curso de Jornalismo e Comunicação; Escola Superior de Educação de Faro (ensino público), em 1995, curso de Ciências da Comunicação; Escola Superior de Educação de Viseu (ensino público), em 1995, curso de Comunicação Social; Escola Superior de Comunicação Social, em Lisboa (ensino público), em 1996, curso de Jornalismo.

Licenciaturas (4 e 5 anos) – Universidade Fernando Pessoa, no Porto (ensino particular/cooperativo), em 1990, curso de Ciências da Comunicação; Universidade Católica Portuguesa, em Braga (ensino particular/cooperativo), em 1991, curso de

Comunicação Social e Cultural; Universidade do Minho, em Braga (ensino público), em 1991, curso de Comunicação Social (licenciatura surgida da autonomização da especialização em Comunicação Social que havia criado no âmbito da licenciatura em Ciências Sociais); Universidade de Aveiro (ensino público), em 1993, curso de Novas Tecnologias da Comunicação; Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (ensino público), em 1993, curso de Jornalismo; Universidade Independente (ensino particular/cooperativo), em 1993, curso de Ciências da Comunicação; Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ensino particular/cooperativo), em 1995, curso de Ciências da Comunicação e da Cultura; Instituto Superior de Línguas e Administração, de Santarém (ensino particular/cooperativo), em 1995, curso de Comunicação (esta licenciatura provém de um anterior bacharelato, com a mesma designação); Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares (ensino particular/cooperativo), em 1996, curso de Comunicação e Desenvolvimento Intercultural; Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra (ensino particular/cooperativo), em 1996, curso de Ciências da Informação.

Se entre os finais da década de setenta até finais da década seguinte, a iniciativa no ensino do jornalismo e da comunicação pertenceu ao sector público universitário e a centros de formação profissional de jornalistas, entre os finais da década de oitenta e anos noventa, esta iniciativa estendeu-se ao ensino superior universitário e politécnico, dos sectores público e privado.

Como já se referiu, os cursos iniciais foram *acusados* de ser demasiado generalistas, nomeadamente pelos próprios jornalistas. Assim, atendendo às críticas e correspondendo a solicitações internas e externas, aos poucos, foi-se passando de uma formação generalista, para uma formação mais diversificada e especializada, introduzindo-se ou aperfeiçoando-se as variantes profissionalizantes (Mesquita e Ponte, 1997). Porém, na maior parte dos cursos, o ensino específico do jornalismo surgia integrado nos cursos de Ciências da Comunicação ou Comunicação Social, que apresentavam um tronco comum de duração variável e só depois as especializações.

As primeiras licenciaturas específicas em jornalismo, a nível universitário, foram então criadas durante os *frutíferos* anos noventa. Em 1993, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, surge a primeira licenciatura em Jornalismo, sob a

orientação de Mário Mesquita. Esta distinguia-se por “focalizar as suas orientações profissionais no jornalismo escrito, radiofónico e televisivo.” (Mesquita e Ponte, 1997). Já em 2000, a Universidade do Porto acolhe a licenciatura em Jornalismo e Ciências da Comunicação. Foi uma entrada algo tardia, desta universidade, no panorama da comunicação, mas que pode ser explicado pela existência anterior da Escola Superior de Jornalismo do Porto (Pinto, 2004). Por ter sido criada mais tarde, a licenciatura em Jornalismo e Ciências da Comunicação distanciou-se dos restantes cursos da área existentes, em Portugal. A principal diferença prendia-se com o facto de ter como base um protocolo assinado pelas Faculdades de Letras, Engenharia, Belas-Artes e Economia (sendo Letras a âncora), o que permitia alargar horizontes.

O passar do século trouxe a preocupação, quer dos jornalistas mais antigos, quer dos recém-formados, em relação aos cursos superiores destinados a formar jornalistas. Em consonância com o que diz Graça (2007), vemos que, enquanto os jornalistas mais antigos continuaram a exigir currículos mais adequados, mais práticos e mais realistas para com a realidade socioprofissional dos jornalistas, os mais novos depararam-se com a dura realidade do desemprego. As poucas oportunidades para estes recém-formados surgiam sob a forma de estágios, não remunerados e com poucas hipóteses de garantir continuação sob a forma de emprego. Embora a opinião de que o estágio era uma etapa fundamental na preparação de um profissional da comunicação, ou jornalista, fosse praticamente consensual, tornava-se cada vez mais claro que as regras para conduzir estes estágios tinham de mudar. E, ao mesmo tempo, as instituições do ensino superior tinham de começar a regular a oferta de cursos, de modo a que a diferença entre o excesso da oferta de licenciados em Comunicação Social e Jornalismo e a escassez de lugares vagos nas redacções diminuísse (Graça, 2007). Segundo a autora, de um modo geral, o que acabou por acontecer e por se registar, durante os primeiros anos do século XXI, no que ao ensino do jornalismo diz respeito, não foi propriamente uma diminuição de licenciados, nem uma maior oferta a nível de emprego. As universidades ou institutos privados abriram novos cursos na área das ciências da comunicação/jornalismo, uma vez que a procura por esta área de formação continuou a ser grande e as instituições públicas não conseguiam, nem podiam, acolher, todos os interessados em formar-se em jornalismo/comunicação (2007). Daí que

também as novas políticas governamentais tivessem decidido facilitar a criação de novos cursos nas instituições privadas, de modo a que estes pudessem colmatar a saturação dos cursos das universidades e institutos públicos.

Em relação aos cursos universitários já existentes, a grande maioria deles resolveu reestruturar os seus planos de estudo, de forma a acompanhar a evolução do sector (Canavilhas, 2009). E, desta forma, o mundo da comunicação em geral e do jornalismo em específico, com todo o seu deslumbramento, continuou a ser apelativo e a acolher um cada vez maior número de jovens, esperançados em entrar no universo maravilhoso da comunicação.

A implementação do Tratado de Bolonha, já perto do virar da primeira década do século, veio trazer transformações no que à educação superior diz respeito. As distinções entre ensino universitário e ensino politécnico deixam de se fazer, as licenciaturas passam a chamar-se cursos de 1º ciclo (a que se seguem os 2º e 3º ciclos – mestrado e doutoramento, respectivamente) e têm a duração de três anos. A redução na duração das licenciaturas foi como limitadora e mesmo redutora e tem levado a que muitos estudantes optem pela continuação para o 2º ciclo de estudos, de forma a saírem melhor preparados e também mais habilitados para o mundo do trabalho. A implementação do Processo de Bolonha no Ensino Português, que poderia ter sido aproveitada como uma boa oportunidade para reestruturar, no sentido de melhorar, os cursos de jornalismo ou comunicação, ficou, no entanto, condicionada devido à passagem dos antigos quatro ou cinco anos das licenciaturas para os três dos cursos de 1º ciclo.

## **O ano lectivo 2009/2010**

Ao virar a primeira década do século XXI, no ano lectivo 2009/2010, foram várias as opções disponíveis, no primeiro ciclo de estudos do ensino superior, para um estudante que quisesse enveredar na área do jornalismo e aí se profissionalizar. De cursos mais específicos, aos mais generalistas, do norte ao sul do país, passando pelas ilhas, a oferta foi múltipla e variada, permitindo uma formação diversificada, ao gosto e necessidade de cada um. No total, existiram 32 cursos, dos quais 17 no ensino superior

público e 15 no ensino superior privado. Em relação às vagas, no ensino público universitário abriram 491 e no ensino público politécnico abriram 390. As instituições privadas não costumam disponibilizar estes números.

Em comum, todos estes cursos tinham a duração e o número de ECTS. Um curso de 1º ciclo duraria três anos (seis semestres) e a sua conclusão previa a aprovação em 180 ECTS, distribuídos pelas várias disciplinas incluídas nos planos de estudo. Comum foi também a forma de acesso. Para concorrer a qualquer um destes cursos de comunicação, o estudante teria de concluir o 12º ano e, depois, realizar o exame da disciplina ou disciplinas requerido pela instituição que deseja frequentar. Para estes 32 cursos da área de jornalismo as provas de admissão variaram um pouco. No entanto, o exame de Português foi opção em praticamente todos os cursos, excepto no do Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração, Aveiro, que opta pela prova de Literatura Portuguesa.

As designações adoptadas pelos cursos iam desde o Jornalismo, às Ciências da Comunicação, passando pela Comunicação Social e suas variantes. No fundo, era possível vislumbrar, desde logo, pela designação do curso, se ele seria mais ou menos específico e se ele se dedicaria, apenas, a formar jornalistas ou era mais abrangente e formaria comunicólogos.

Na hora de escolher a instituição onde fazer a sua formação, o candidato, para além de precisar de ter em conta a sua média, que o poderá condicionar nas escolhas, deve analisar, acima de tudo, os planos de estudo de cada curso, para assim poder escolher aquele que lhe parecerá que irá mais ao encontro daquilo que ele pretende para a sua formação.

Já os planos curriculares mostram que, apesar de algumas reestruturações, ainda existe muita confusão no reino do ensino do jornalismo. Ou será melhor dizer Comunicação? Comunicação Social? Ciências da Comunicação? Aparentemente, seja qual for a designação adoptada para nomear cada um destes cursos, todos eles apresentam o propósito de formar jornalistas, sendo esta formação mais ou menos específica, sendo apresentada como variante obrigatória ou como percurso opcional. Porém, na prática, isso nem sempre acontece e com tanta intenção e confusão, podem nem formar-se bons jornalistas, nem bons comunicadores. Com duas ou três disciplinas

específicas de jornalismo, inseridas nos últimos semestres de formatura, dificilmente um indivíduo conseguirá uma formação adequada e, cada vez mais, necessária, ao eficaz desempenho da sua profissão. Um curso pode, até, apresentar-se como generalista, propondo-se a formar, não especificamente jornalistas, mas comunicadores, em geral, ou outros profissionais da área da comunicação, parecendo ser este, na realidade, o propósito de grande parte destes cursos. No entanto, a partir do momento que assume uma intenção, traduzida num ramo, pelo qual o aluno pode optar, com a promessa de uma formação específica numa determinada área, deve procurar oferecer condições para que esses mesmos propósitos sejam atingidos. Ou seja, se um curso de Ciências de Comunicação oferece, no último ano, por exemplo, três ramos opcionais, de Jornalismo, Marketing ou Relações Públicas, tem de assegurar que as disciplinas consagradas no plano de estudos desse mesmo ano vão de encontro àquilo que deve ser a formação de um jornalista, de um profissional na área do marketing ou de um relações públicas. Porque, o que poderá vir a acontecer, com tanta mistura e tantas intenções, é, como já se disse, não se formarem nem bons jornalistas, nem bons profissionais de marketing ou relações públicas, nem, afinal, bons comunicadores. Para formar bons jornalistas, seria, talvez, de considerar a existência de (mais) licenciaturas específicas em jornalismo, que não diluíssem este campo específico de estudo dentro do vasto campo da comunicação.

Esta variedade na nomenclatura dos cursos, nos planos de estudo de cada instituição, nos objectivos perseguidos, nos propósitos que se procuram alcançar, provoca, ainda, uma outra variedade: no perfil do licenciado. Ao obter a formação, segundo estes planos de estudos, qual será o perfil de um licenciado na área da Comunicação? Não é fácil definir um perfil, mas uma coisa é certa: vamos ter um profissional com uma formação generalista e bastante variada. Será este o profissional que as redacções procuram, que as redacções precisam?

Um outro aspecto que ressalta de uma análise individual de cada um dos planos de estudo é a presença de uma elevada carga horária de disciplinas teóricas do campo das Ciências Sociais e Humanas. Que razão poderá estar por trás deste aspecto? Apenas permitir, aos alunos, um maior conhecimento do mundo? Uma necessidade de manter a tradição? Possibilitar o aproveitamento dos recursos humanos existentes,

nomeadamente professores, que já são “da casa”, mesmo que de outras áreas (ciências sociais, humanidades, línguas, literaturas, áreas sem alunos), mas que convém manter? Será este campo sobrevalorizado ou, pelo contrário, justificado? Uma formação adequada, no campo das Ciências Sociais e Humanas é sempre uma mais-valia. Mas, dado o curto espaço de duração que os cursos de 1º ciclo têm agora, seria talvez mais importante privilegiar matérias específicas, de área na qual o aluno se pretende formar, que matérias gerais, que, não deixando de ser importantes, podem ter outro espaço e outro tempo.

Nota-se, também, que todos os cursos contemplam disciplinas de língua estrangeira, sendo o Inglês a principal opção. Dada a importância que esta língua assume, nos dias que correm, a sua presença nos planos curriculares, por vezes apenas em um semestre, é ou não suficiente? Não deveria estar presente nos três anos de curso? E disciplinas de Inglês técnico, onde se aprendessem os chavões e linguagem específica do jornalismo em língua inglesa? Uma vez que o inglês é cada vez mais imprescindível no mundo global em que estamos inseridos, a sua aprendizagem torna-se algo fundamental, nomeadamente para um jornalista que, diariamente, tem de pesquisar na internet onde muita informação está em inglês; e que, com frequência, tem de viajar pelos quatro cantos do mundo e, aí, comunicar em língua inglesa. Por isso mesmo, a presença do Inglês nos planos de estudo, mesmo que de uma forma reduzida, sempre é melhor que nada.

A inclusão de uma disciplina de língua estrangeira pode, no entanto, levantar uma outra questão. Como agrupar os estudantes, que chegam às universidades com diferentes níveis de línguas estrangeiras, numa só turma? Vão acabar por se encontrar alunos que estão a ouvir mais do mesmo, e que, com certeza, poderiam ocupar aquela hora lectiva a aprender matérias novas, ou mesmo outras disciplinas e alunos que não têm bases suficientes para o que vão aprender. O que se poderia fazer, para equilibrar os diferentes níveis de língua estrangeira com que os alunos chegam às universidades, de modo a que a aprendizagem fosse sempre produtiva, era realizar um exame, antes da inserção nas turmas, e, a partir daí, constituir, se necessário, diferentes grupos. Desta forma, hora lectiva alguma, do ensino da língua estrangeira, seria considerada como dispensável e/ou redundante.

Um dos aspectos que sempre dividiu opiniões, no que ao ensino do jornalismo diz respeito, é a maior ou menor relevância que deveria ser dada à parte prática da formação do jornalista. Por um lado, estão os que defendem que a maior aprendizagem é realizada durante o estágio, quando este acontece num contexto laboral. Por outro, há quem considere que toda a aprendizagem deve ser feita na universidade. E este pensamento acaba por se reflectir nos planos de estudo. A maior parte dos cursos em análise oferece a possibilidade de realizar estágio. No entanto, também há quem não o contemple sequer, ou o consagre como opção a outra disciplina. O estágio é uma etapa muito importante na formação de qualquer profissional, mas assume ainda maior importância no caso de um estudante de jornalismo. A prática diária de uma redacção, com as suas rotinas e prazos ou os afazeres e as correrias de uma estação de televisão são experiências que qualquer estudante deveria vivenciar, antes de ingressar, em pleno, na profissão que escolheu. Deste modo, o estágio, as disciplinas mais práticas e as disciplinas laboratoriais deveriam assumir lugar de destaque, relativamente ao número de horas, num plano curricular.

Feitas estas considerações, poder-se-ia, então, perguntar: os actuais planos curriculares são feitos a pensar em quem? Nos alunos? No corpo docente das Instituições? Nas directivas impostas pelas entidades reguladoras? Em nada disto?

Os planos curriculares deveriam ser sempre feitos a pensar nos alunos, tendo em conta o mercado de trabalho e atentando nas modificações constantes que o sector da informação vai sofrendo. Para quê formar jornalistas, jovens cheios de esperança por um lugar no mundo da comunicação, para depois chegarem ao mercado de trabalho e não conseguirem emprego ou, conseguindo, não estando devidamente preparados para o realizar? Para quê formar jornalistas sem experiência na área do digital, quando tudo aponta para que o futuro da informação passe por este caminho? É importante que a formação seja o mais completa possível e que contemple todas as vertentes que o estudante, futuro profissional, terá de enfrentar. Nomeadamente aquelas vertentes que se encontram em expansão e que serão o futuro de um sector, em constante mudança. O próprio aluno pode contribuir para a construção deste seu percurso, se lhe for dada a hipótese de escolher, de entre um rol de disciplinas optativas, por exemplo, aquelas que mais lhe interessam. Três anos podem não ser suficientes para se adquirir uma formação

adequada e nem todos poderão vir a frequentar um segundo ciclo de estudos. Por isso mesmo, é essencial que, durante a licenciatura, o aluno consiga adquirir todas as competências necessárias para o pleno desempenho das suas funções futuras, competências que só serão alcançadas se as universidades conceberem e estruturarem os planos de estudo, pensando naqueles que irão frequentar o curso, no mundo em que vivem e no caminho por onde envereda o sector que se estuda, neste caso o sector da informação e da comunicação. E deverá, esta mesma universidade, traçar os planos curriculares, tendo em conta o mercado ou, pelo contrário, não pensando nele? É importante que a uma futura empregabilidade esteja sempre presente, quando se estruturam os planos de estudos. Mas, mais necessário ainda será pensar no mercado para além do que este é no presente, antecipando o seu futuro e educando para esse futuro.

O ensino do jornalismo deve, em suma, privilegiar, principalmente, com um ensino de qualidade, aquele que vai ser o rosto de uma formação, ou seja, o aluno, futuro profissional.

## **Considerações finais**

Chegado este ponto, é possível proceder a algumas conclusões. Uma delas é que, de facto, o ensino do jornalismo, em Portugal, existe. Nem sempre surge como campo específico, associando-se a outras áreas da comunicação, mas existe. O seu início foi tardio, tendo acontecido já no final dos anos setenta, do século passado. Numa fase inicial, anos oitenta, encontrou algumas objecções, por parte de uma facção que considerava que a aprendizagem do jornalismo deveria ser feita nas redacções; nos anos noventa deu-se a multiplicação dos cursos, na área da comunicação; na primeira década do século XXI, assistiu-se a uma proliferação de licenciados nesta área a enfrentar a dura realidade do desemprego.

O que acontece com os cursos e respectivos planos curriculares, no ano lectivo de 2009/2010?

Uma primeira constatação mostra-nos que o ensino específico do Jornalismo está em minoria, no nosso país, comparativamente aos cursos generalistas de Ciências

da Comunicação ou outros, ainda mais abrangentes. O que vai suceder é que se vão preparar mais comunicadores que jornalistas. No entanto, como o campo da comunicação é cada vez mais abrangente e exige profissionais para múltiplas tarefas, esta preparação mais geral e multifacetada pode ser uma mais-valia. Os planos de curso reflectem esta preocupação e nota-se que a grande maioria deles foi elaborado, tendo em conta este pressuposto.

Outra aspecto que se nota tem a ver com o encanto que o mundo da comunicação desperta, essencialmente nos mais jovens. Este encanto faz com que estes cursos sejam muito procurados, faz com que as vagas aumentem para satisfazer essa procura, leva a que o número de licenciados seja cada vez maior e, uma vez que os postos de trabalho em aberto não são assim tantos, acaba por originar desemprego. Este problema leva a outros, tais como más condições de trabalho e de remuneração. Tudo isto vai resultar naquilo que nunca deveria acontecer no jornalismo, que é uma pior qualidade de informação. Para solucionar este aspecto menos positivo, dever-se-ia proceder a uma regulação entre a oferta de cursos, na área da comunicação, e a procura de profissionais, por parte de entidades patronais. Desta forma poder-se-ão adiar ou acabar com os sonhos de quem quer enveredar por esta área, mas está a salvaguardar-se a qualidade da informação, que é aquilo que se pretende com o jornalismo.

O que também ressalta da análise dos cursos de comunicação é que estes, na sua maioria, já encaram a nova realidade do mundo do jornalismo, a realidade do digital. Essa realidade tem de ser contemplada nos planos curriculares destes mesmos cursos, de modo a que os novos formados preencham as “novas” necessidades do mercado. Nos planos de estudos para o ano lectivo 2009/2010 notava-se, em praticamente todos eles, a inclusão de disciplinas ligadas às novas tecnologias. O mesmo acontece com o ensino de uma língua estrangeira, por norma o Inglês, que é presença em praticamente todos os planos de curso da área da comunicação.

Como já foi referido, numa das constatações finais, o ensino do jornalismo, em terras lusas, mistura-se, amiúde, com o ensino de outras matérias do grupo da comunicação ou das ciências sociais e humanas. O que esta mescla vai acabar por provocar, nos planos de estudo da maior parte dos cursos de ciências da comunicação, comunicação social e outros deste campo, é a oferta de uma formação sólida em

ciências sociais e humanas e da comunicação, em detrimento de uma formação mais específica, seja em jornalismo ou noutra área qualquer. Não sendo, os planos curriculares do segundo ciclo de estudos base de estudo deste trabalho, estes foram, no entanto, consultados e a realidade é que se nota um entrosamento entre o primeiro e segundo ciclos, em alguns planos de estudo, estando, então, essa especificidade presente no segundo ciclo. Ora, este aspecto não seria de todo “desapropriado” se o seguimento de estudos fosse um dado adquirido. Como não é, impõe-se que o afunilamento de matérias aconteça logo no primeiro ciclo de estudos, de modo a que quem não prossiga os estudos tenha uma formação apropriada.

Um dado importante e que também, por norma, está presente nos planos curriculares é o equilíbrio entre a teoria e a prática. Grande tema de discussão entre quem defende o ensino do jornalismo nas universidades e quem não o considera essencial, a procura deste equilíbrio é, de facto, muito importante para a aprendizagem do aluno, uma vez que lhe fornece, em partes proporcionais, os ensinamentos, e respectivas experiências de que necessita para ser um bom profissional. A grande maioria dos planos curriculares reflecte esta preocupação.

Por último, e retomando o pormenor da discussão entre teoria e prática ou, mais apropriado para o que se segue, entre teóricos e práticos, recorde-se que, embora o grau de licenciatura não seja exigido no acesso à profissão e haja, até, ainda, quem não o veja como útil ou necessário, a verdade é que grande parte dos jornalistas, nomeadamente portugueses, já tem curso superior na área das ciências da comunicação/jornalismo. Este dado, bem como a imensa procura dos cursos superiores da área, só vem provar que o mercado reconhece a formação superior como uma real mais-valia para melhoria do jornalismo, independentemente deste mesmo mercado poder dar, ou não, vazão às resmas de licenciados que surgem, ano após ano.

## Referências bibliográficas

- CANAVILHAS, João Messias. **O ensino do jornalismo em Portugal**. Disponível: <http://www.labcom.ubi.pt/ec/06/pdf/canavilhas-ensino-webjornalismo.pdf>; acesso em 14/06/2012. 2009.
- COSTA, Manuel da Silva. **Para quando um curso superior de jornalismo?** In **Jornalismo**, nº 41. Dezembro de 1983, pp. 30 -34.
- GRAÇA, Sara Meireles. **Jornalistas portugueses: dos problemas da inserção aos novos dilemas profissionais**. Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2007.
- CASCAIS, Fernando. **O ensino do/para o jornalismo e a formação profissional**. In **Revista Comunicação e Sociedade**, N. 5, 2004.
- MESQUITA, Mário. **A Educação para o Jornalismo - uma perspectiva sobre Portugal**. In **Intercom**, Vol XVII, nº 2, 1994.
- MESQUITA, Mário e Ponte, Cristina. **Relatório sobre o ensino e a formação profissional na área do jornalismo**. Disponível: <http://www.bocc.ubi.pt>; acesso em 15/06/2012. 1997.
- PINTO, Manuel. **O ensino e a formação na área do jornalismo em Portugal – notas sobre uma “crise de crescimento”**. In GARCÍA, Xosé López e SOUSA, Jorge Pedro. **A investigación e o ensino do xornalismo na espazo luso-galego: actas do I Congreso Luso-Galego de Estudos Xornalísticos celebrado os días 29 e 30 de Outubro de 2002 en Santiago de Compostela**. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, Sección de Comunicación, pp. 23-42. 2004.
- PINTO, Manuel e Sousa, Helena. (1999). **Journalism education at Universities and Journalism Schools in Portugal**. Disponível: <http://www.bocc.ubi.pt>; acesso 20/06/2012. 2009.
- SOBREIRA, Rosa Maria. **Os jornalistas portugueses. 1933-1974 – Uma profissão em construção**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

Este artigo e todo o conteúdo da **Estudos em Jornalismo e Mídia** estão disponíveis em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/index>

**Estudos em Jornalismo e Mídia** está sob a [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).